Brasília, 03 de novembro de 2026

Seleção

COP17 termina com acordo, mas mundo segue fora da rota para reverter perda de biodiversidade



Conferência na Armênia aprova o "Caminho de Yerevan" para acelerar o cumprimento das metas globais até 2030, enquanto financiamento segue como principal entrave

"Não podemos proteger a natureza enquanto continuamos a financiar sua destruição." A declaração de Astrid Schomaker, secretária-executiva da Convenção sobre **Diversidade Biológica** (CDB) da ONU, resume um dos principais impasses da COP17, encerrada neste sábado, 31, em Yerevan, na Armênia.

Após duas semanas de negociações intensas, representantes de 182 países chegaram a um acordo para acelerar a implementação das metas globais de biodiversidade até 2030 e quase 50 decisões aprovadas, incluindo regras de participação de povos originários.

O entendimento, batizado de "Caminho de Yerevan", foi aprovado após uma madrugada de impasses que adiaram o prazo inicialmente previsto para o fechamento da conferência.

O avanço diplomático, no entanto, não alterou o diagnóstico: o mundo continua fora da rota para deter e reverter a perda de biodiversidade até o fim da década.

A primeira grande revisão coletiva do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, firmado em 2022, revelou que os esforços adotados até agora são insuficientes para cumprir os 23 compromissos internacionais.

Entre eles estão a proteção de pelo menos 30% das áreas terrestres e marinhas, a restauração de 30% dos ecossistemas degradados e a redução de incentivos econômicos que contribuem para a destruição de ecossistemas naturais.

Segundo a ONU, embora quase 90% das 196 partes da convenção tenham estabelecido metas nacionais de biodiversidade, menos da metade delas estão no caminho necessário para serem cumpridas.

Além do desafio ambiental e climático, a falta de financiamento, especialmente para países em desenvolvimento, continua sendo um dos principais entraves para acelerar as políticas de conservação.

O Marco Global de Biodiversidade prevê a mobilização de pelo menos US$ 200 bilhões por ano até 2030, provenientes de fontes públicas e privadas, sendo US$ 30 bilhões anuais destinados para países em desenvolvimento.

Na COP17, a presidência armênia anunciou US$ 1,8 bilhão em compromissos financeiros mobilizados, provenientes de governos, investidores e organizações filantrópicas para iniciativas de conservação. Mas o valor representa recursos prometidos, não necessariamente já desembolsados.

Apesar do anúncio, um dos principais mecanismos continua praticamente vazio. Criado na COP16, na Colômbia, o Fundo de Cali busca receber contribuições de empresas que utilizam informações genéticas da natureza, como as dos setores farmacêutico e de cosméticos.

Embora tenha a ambição de arrecadar pelo menos US$ 1 bilhão por ano, chegou a apenas US$ 10 mil em promessas de contribuição, segundo o WWF.

"O que vimos foram mais surpresas positivas do que truques na COP17", afirmou Daudi Sumba, diretor de conservação do WWF-Internacional, em nota.

Para o especialista, a revisão global envia um sinal de que os governos precisam ampliar suas ações. Mas o acordo ainda deixa dúvidas sobre como os recursos necessários chegarão aos países responsá-

veis por grande parte da biodiversidade do planeta.

"Sem uma ampliação financeira clara para viabilizar essas ações, temo que o financiamento continue sendo a principal questão a assombrar as cúpulas das Nações Unidas", destacou.

O alerta ganha relevância às vésperas da 31ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP31), que começa em 9 de novembro, em Antália, na Turquia.

Assim como nas negociações sobre biodiversidade, a mobilização de recursos para financiar a ação climática será um dos principais desafios e prioridades.

O que foi aprovado no Caminho de Yerevan

O principal resultado da COP17 foi a aprovação de um conjunto de diretrizes para acelerar a implementação do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, considerado o principal acordo internacional para a preservação da natureza.

Na prática, o Caminho de Yerevan orienta os países a ampliar suas políticas de conservação, alinhar investimentos e orçamentos nacionais às metas de biodiversidade e fortalecer o monitoramento dos resultados.

Um dos principais pontos traz a necessidade de reformar ou redirecionar pelo menos US$ 500 bilhões por ano em subsídios prejudiciais à biodiversidade, compromisso que já fazia parte do marco global.

Esses incentivos incluem mecanismos de apoio econômico que podem favorecer atividades associadas à degradação ambiental. A proposta é reduzir progressivamente os estímulos que contribuem para a perda de biodiversidade e ampliar aqueles que favorecem sua conservação e seu uso sustentável.

O texto também destaca a necessidade de ampliar o financiamento internacional, fortalecer a cooperação científica e técnica com países em desenvolvimento e incorporar a agenda às decisões econômicas.

Para Schomaker, os próximos quatro anos serão decisivos para transformar os compromissos em resultados "Os recursos precisam chegar aos países e às comunidades que precisam deles", reiterou.

O que o Brasil levou para a COP17

O Brasil chegou à conferência com cinco prioridades: ampliar o financiamento internacional, fortalecer o uso sustentável da biodiversidade, garantir a repartição justa dos benefícios derivados de **recursos genéticos**, promover a conectividade ecológica e reconhecer o papel de povos indígenas e comunidades locais.

Duas dessas agendas tiveram encaminhamentos considerados relevantes pelo WWF-Brasil: a conectividade ecológica e o uso sustentável da biodiversidade.

Na primeira frente, o país defendeu a criação de um novo componente no Programa de Trabalho sobre Áreas Protegidas da Convenção, com o objetivo de integrar áreas conservadas e permitir a conexão entre diferentes ecossistemas.

A proposta busca facilitar o deslocamento de espécies, preservar o fluxo genético e fortalecer a resiliência ambiental diante das mudanças climáticas.

A criação não foi aprovada na COP17, mas o tema permaneceu nas negociações e poderá ser retomado nas próximas reuniões.

Outra prioridade brasileira foi ampliar o espaço do uso sustentável da biodiversidade nas decisões internacionais.

A proposta envolve atividades econômicas baseadas em recursos naturais que possam gerar renda e benefícios sociais sem comprometer a conservação dos ecossistemas. Entre os temas discutidos estão bioeconomia, economia circular e cadeias produtivas associadas à biodiversidade.

A conferência decidiu avançar com consultas a países, povos indígenas, comunidades locais e outros participantes para avaliar a possibilidade de um programa de trabalho específico.

"São agendas complementares e estratégicas para países megadiversos como o Brasil: precisamos conservar a natureza, mas também criar condições para que seu uso sustentável gere benefícios sociais, econômicos e ambientais", destacou Michel Santos, gerente de políticas públicas do WWF-Brasil.

Na agenda financeira, o Brasil voltou a defender o princípio das responsabilidades diferenciadas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, além da ampliação dos recursos internacionais para conservação.

A delegação também apresentou o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), mecanismo de financiamento voltado à conservação de florestas tro-

Continuação: COP17 termina com acordo, mas mundo segue fora da rota para reverter perda de biodiversidade

picais. Após o aporte mais recente da Holanda, a iniciativa já havia assegurado US$ 7,8 bilhões em compromissos, incluindo US$ 1 bilhão do Brasil.

Povos indígenas e oceanos ganham espaço

O Brasil ainda defendeu o fortalecimento da governança do Fundo de Cali. Além dos debates financeiros, a COP17 avançou nas regras de funcionamento do órgão permanente da Convenção dedicado aos povos indígenas e comunidades locais.

Criado na COP16, o mecanismo está relacionado ao Artigo 8(j) da Convenção sobre **Diversidade Biológica**, que trata do respeito e da valorização dos conhecimentos, práticas e inovações tradicionais associados à conservação.

A decisão estabelece procedimentos de governança para ampliar a participação desses grupos nas discussões internacionais sobre biodiversidade.

Na agenda dos oceanos, os países reconheceram que os ecossistemas marinhos e costeiros vêm recebendo menos atenção do que os terrestres na implementação das metas globais.

A conferência também avançou na identificação de áreas marinhas ecologicamente ou biologicamente significativas e criou um grupo assessor dedicado à biodiversidade em regiões além das jurisdições nacionais.

Para Guido Broekhoven, diretor global de políticas multilaterais do WWF-Internacional, o tema vai além da preservação de espécies.

"A natureza fornece os alimentos que chegam às nossas cozinhas, a água limpa que sai de nossas torneiras, a polinização das plantações e os solos saudáveis que sustentam a segurança alimentar global", complementou.

A próxima conferência da ONU sobre biodiversidade, a COP18, será realizada em Quito, no Equador, em 2028. O país foi escolhido após vencer a disputa com o Panamá durante as negociações na Armênia.

Até lá, os governos terão mais dois anos para demonstrar avanços na implementação das metas globais e definir questões financeiras que continuam em aberto.